



CIBEC/INEP



B0004954

RELATÓRIO SOBRE AS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS
NO ÂMBITO DA SECRETARIA GERAL DO MEC E DO
SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

4.32(047)

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RELATÓRIO SOBRE AS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS NO
ÂMBITO DA SECRETARIA GERAL DO MEC E DO
SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

José Carmello Braz de Carvalho

RIO/MARÇO/1981

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. FASES MARCANTES DAS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL 6	
3. O SUBSISTEMA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS	12
3.1 . Dimensionamento de Variáveis Micro-Educacio- nais	12
3.2 .O Sistema Estatístico Nacional (SEN) e sua Demanda Legal por Estatísticas Educacionais ...	18
3.3 . O Princípio de Centralização e o Sistema Esta- tístico Nacional (SEN)	23
4. A PRESENTE OPERACIONALIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS EDUCA- CIONAIS NO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL (SEN)	30
5. CONSIDERAÇÕES JULGADAS PERTINENTES EM UM PROCESSO DE REDEFINIÇÃO INSTITUCIONAL DAS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS NA SG/MEC	37
5.1 . Necessidade de integrar Conceitualmente e Opera- cionalmente as Estatísticas Educacionais, atra- vés de Articulação de Alto Nível	37
5.2 . Redefinição Institucional das Estatísticas Edu- cionais Segundo os Princípios do SEN	38
5.3 . Requisitos Técnico-Político-Administrativos Considerados Cruciais: Centralização e Descen- tralização, Regionalização e Detalhamento	39
5.4 . A Racionalização no Processo de Geração das Es- tatísticas Educacionais	41
5.5 . Serias Lacunas no Atendimento à Demanda Interna- cional e às Exigências Legais do País ...; ;'	45

5.6 .A Falta de Divulgação e de Análise das Estatísticas Educacionais	46
6. SUGESTÕES OPERACIONAIS PARA REDEFINIÇÃO INSTITUCIONAL DAS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS NA SECRETARIA GERAL DO MEC	48
BIBLIOGRAFIA	53
FIGURAS	
1. Modelo de Sistema Estatístico Macro e Micro-Educacional	14
2. Esboço de Articulação Interinstitucional das Estatísticas Educacionais no Sistema Estatístico Nacional	51

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho não se constitui em um relatório que se volte a objetivos restritos de operacionalizar na Secretaria Geral do MEC uma unidade de estatísticas educacionais.

O estudo aqui desenvolvido assume em certas partes uma tonalidade acadêmica, pois parece oportuno ponderar-se devidamente a ocorrência de três condicionantes à adoção de qualquer estratégia que redefina, ao nível do MEC, a sistemática de geração e uso das estatísticas educacionais:

- 1 - meio século de institucionalização dos serviços de estatísticas educacionais no MEC e no IEGE cristalizou certos procedimentos técnicos e relações inter-institucionais, que atualmente demandam um extenso e profundo processo de reexame, evitando-se a mera justaposição incremental de formulas paliativas;
- 2 - ao nível do MEC parece imprescindível dispor-se de um sub-sistema de estatísticas que não se restrinja ao limitado universo dos estabelecimentos de ensino (estatísticas escolares), mas que compreenda as estatísticas macro-educacionais de natureza social, demográfica, política, econômica;
- 3 - a legislação vigente sobre o Sistema Estatístico Nacional endossa o princípio de centralização e insere as estatísticas de educação dentro de um sistema de informações, que necessita ponderar devidamente os critérios de regionalização e de detalhamento setorial das estatísticas educacionais.

No intuito de fornecer subsídios de análise

lise à Secretaria Geral do MEC, pareceu assim oportuno ampliar o escopo do presente estudo, introduzindo-se urna revisão histórica sobre as estatísticas educacionais, um embasamento legal sobre o Sistema Estatístico Nacional, bem como uma esquematização conceitual e operacional das estatísticas sócio-educacionais no Brasil.

Com todas estas premissas constituindo um quadro de referências para a elaboração do relatório, procurou-se então desenvolver um estudo mais amplo, onde cada parte de certa forma consolidasse uma hipótese de trabalho relativamente ao processo de redefinição institucional das estatísticas educacionais na SG/MEC.

Assim, em um primeiro capítulo, procurou-se desenvolver uma revisão histórica sobre as estatísticas educacionais, com o objetivo de reforçar a conclusão de que o presente estágio do Sistema Estatístico Nacional o caracteriza como um macro-sistema de informações indispensáveis ao planejamento sócio-econômico e a avaliação do

desenvolvimento nacional . SOB TAL ângulo, as estatísticas

educacionais não estão compartimentalizadas como setor administrativo do MEC, mas se constituem apenas como setor conceitual e metodológico das estatísticas sócio-econômicas necessárias ao planejamento e à análise do desenvolvimento nacional.

Em decorrência disto, no segundo capítulo do relatório, procurou-se desenvolver duas linhas de raciocínio: 1 - as estatísticas escolares e educacionais de-vem incluir e integrar-se às estatísticas demográficas, sociais, econômicas do Sistema Estatístico Nacional; 2 - as bases legais e jurídicas do Sistema Estatístico Nacional e da Fundação IBGE conferem atribuições específicas ao IBGE, muito embora o convênio IBGE/MEC/Estados de 19 72 não haja sido oficialmente denunciado.

A partir das premissas legais do segun-

do capítulo, e das exigências conceituais e metodológicas de dispor-se de estatísticas micro e macro-educacionais para o planejamento sócio-econômico, procurou-se em um terceiro capítulo operacionalizar tanto os esquemas analíticos que parecem dar conteúdo e forma às atuais estatísticas, como identificar no Sistema Estatístico Nacional as principais bases de dados referentes aos mais relevantes conceitos ou construtos em estatísticas educacionais. A hipótese de trabalho subjacente a este capítulo e a de que importa ao MEC e ao seu núcleo de informática conhecer bem a multivariada natureza das estatísticas educacionais, que não devem restringir-se assim a um restrito enfoque de dados sobre movimentos de matrículas, prédios escolares e recursos docentes e administrativos. Parece oportuno pois no relatório enfatizar a validade da Secretaria Geral do MEC dispor de um bureau de informática, *com* arquivos de pesquisas censitárias, amostrais, etc, que a subsidiassem na formulação de políticas educacionais.

Em um quarto capítulo, o relatório procurou desenvolver um diagnóstico geral sobre os principais problemas que parecem condicionar o processo de redefinição institucional das estatísticas educacionais no âmbito do MEC, para integrá-las devidamente ao Sistema Estatístico Nacional e à Fundação IBGE. Paralelamente à identificação de problemas, tentou-se sugerir linhas alternativas de superação de deficiências e pontos de estrangulamento que ora ocorrem no âmbito do SEEC/MEC e do CIMEC.

Finalmente, em um quinto capítulo procurou-se delinear para a Secretaria Geral do MEC uma possível forma de institucionalizar na SG. a SEINF e a Assessoria de informações estatísticas, que responda simultaneamente às premissas legais-jurídicas do Sistema Estatístico Nacional e da Fundação IBGE, bem como às premissas operacionais do próprio MEC, em sua necessidade de dispor de

dados para a formulação de políticas educacionais. Vale ressaltar aqui que a fórmula de institucionalização proposta no presente relatório para as estatísticas educacionais representa uma adaptação da sistemática adotada pela Fundação IBGE para as estatísticas agrícolas, através da institucionalização de uma Comissão Nacional de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas (no caso, as Estatísticas Agrícolas, pelo Decreto 68.678/71).

É imprescindível frisar-se que a redefinição institucional dos serviços de estatísticas educacionais na SG/MEC depassa as fronteiras do próprio MEC, por condicionar e estar condicionada às interfaces legais, técnico-metodológicas e de recursos humanos e computacionais do IBGE, das Secretarias Estaduais de Educação e de outros usuários institucionais das estatísticas de Educação (IPEA, órgãos regionais de planejamento, etc). Parece oportuno considerar-se assim a promoção pelo MEC de uma conferência nacional de estatísticas educacionais, em co-patrocinio com o IBGE, que permita delinear-se em alto nível técnico e político um quadro realista de princípios e medidas a serem endossados e implementados pelas partes interessadas.

2. FASES MARCANTES DAS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Uma tentativa de esquematização das fases, que marcaram a evolução das estatísticas educacionais no País, permite delinear quatro períodos segundo critérios de ordem didática: a fase assistemática de 1821 a 1871; o período de institucionalização federal e de conscientização político-pedagógica entre 1872 e 1930; a fase de organização interadministrativa entre 1931 e 1968; e finalmente o período sistêmico após 1968.

A primeira fase, iniciada com a Independência e cobrindo meio século, caracteriza-se pela generalizada carência de dados e pela natureza assistemática na coleta de estatísticas, somente encontrados de forma esparsa e bem incompleta em relatórios dos governos provinciais ao Poder Central. malgrados o aviso circular do Império de 1823 e a criação efêmera de uma Comissão de Organização das Estatísticas do Império em 1829.

A segunda fase caracteriza-se pelo processo incipiente de institucionalização de um órgão federal, a Diretoria Geral de Estatística. Criada em 1871, pelo Decreto 4.676, a Diretoria Geral realizaria no ano seguinte o primeiro recenseamento nacional, mas nos anos seguintes seria bem inativa, perdendo até seu nível institucional. Restabelecida em 1890, pelo Decreto 113-D, a Diretoria Geral de Estatística realizaria naquele ano o segundo Recenseamento Geral do País. A ação uniformizadora da DGE era dificultada, contudo, pela concepção de federalismo vigente então, e por sua carente infra-estrutura técnico-administrativa. Paralelamente à incipiente institucionalização da DGE, outra característica desta fase será uma crescente conscientização sobre a necessidade das estatísticas educacionais. Na esfera da DGE surgem os primeiros estudos de estatísticas educacionais, com a publicação em

1916 de Estatística Escolar, relativa a dados de 1907 sobre a instrução pública e particular, e com a obra Estatística Intelectual do Brasil, lançada em 1931, com dados de 1929. Por outro lado, na esfera de ação da ABE-Associação Brasileira de Educação, os educadores brasileiros cristalizavam desde 1924 o compromisso de organizar de forma permanente a estatística da instrução no País, emprestando particular ênfase à padronização e divulgação das estatísticas educacionais, sobretudo na sua 4a. Conferência Nacional, em 1931.

O ano de 1931 marca efetivamente o início do terceiro período, o de estruturação interadministrativa das estatísticas educacionais, graças à institucionalização em janeiro de 1931 de um sistema setorial no âmbito do Ministério da Educação, e de outro sistema Intergovernamental entre a União e os Estados, o qual será delineado pelo Convênio Interadministrativo para a Uniformização das Estatísticas Escolares de dezembro de 1931 e pela transformação do Departamento Nacional de Estatística (criado em 1930) em Instituto Nacional de Estatística (Decreto 24.609, de 6 de julho de 1934).

Setorialmente, no âmbito do então Ministério da Educação e Saúde, foi criada a Diretoria-Geral de Informações, Estatística e Divulgação pelo Decreto 19.560 de 5.1.1931. Juntamente com a Associação Brasileira de Educação - ABE, esta Diretoria-Geral teve um papel decisivo para o desenvolvimento e a uniformização das estatísticas educacionais e conexas, através do Convênio Interadministrativo entre a União, os Estados e o Distrito Federal, e das subseqüentes Convenções Nacionais de Estatística, particularmente a de 1936.

Intergovernamentalmente, cristalizaram-se neste período as condições para a implantação de um sistema nacional de estatística, através sobretudo de três medidas. Inicialmente, com o Convênio Interadministrativo de

1931 ocorre uma integração das atuações da União e dos Estados através de suas respectivas Diretorias Gerais de Estatística. Tal fato levava a um órgão interministerial, coordenador das estatísticas, o qual será efetivado pelo Decreto 24.609, de 6 de julho de 1934, no Instituto Nacional de Estatística. E finalmente em julho de 1936, pela Convenção Nacional de Estatística, a articulação é ampliada além do Governo Federal para as esferas dos Estados, Municípios e do setor particular, e ocorre também a institucionalização do Conselho Nacional de Estatística como órgão de direção e orientação superior do Instituto Nacional de Estatística, que articulará o posterior aperfeiçoamento dos planos e processos de coleta dos serviços de estatística educacional (p. ex., a Resolução 115, de julho de 1939 do CNE) .

Co.. ou se assim, marcadamente desde 1931, uma sistemática de coordenação na produção das estatísticas educacionais, com o órgão setorial do Ministério da Educação - o Serviço de Estatística da Educação e Cultura (Decreto 38.661 de janeiro de 1956) - assumindo a nível nacional um ativo papel no levantamento nacional das estatísticas educacionais vinculando-se tecnicamente ao Instituto Nacional de Estatística, o qual será denominado após como IDGE.

O quarto período, didaticamente operacionalizado dentro desta revisão histórica, parece ser identificável pela natureza sistêmica, que busca integrar as estatísticas sócio-econômico-educacionais ao macro-planejamento do País.

Embora com seus primórdios no surgimento do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral MINIPLAN - e dos planos do PAEG e Decenal, é a partir de 1967 que este quarto período se materializa mais marcadamente em cinco vetores:

- 1 - ênfase em um sistema de estatísticas sócio-econômicas e de indicadores sociais necessários ao planejamento nacional;
- 2 - explicitação de um Sistema Nacional de Estatística;
- 3 - formalização da Fundação IBGE, como núcleo central de direção e ação do Sistema Nacional de Estatística;
- 4 - elaboração de novo Convênio sobre as Estatísticas Educacionais, envolvendo IBGE, MEC, IPEA, Estados, Territórios e Distrito Federal;
- 5 - reestruturação no IBGE de suas unidades de análise de estatísticas educacionais.

A reivindicação de um sistema estatístico da educação, sempre preconizada desde os anos de 1930, será mais praticamente reforçada com a institucionalização de planejamento global na década de 1960, particularmente a partir da criação do MINIPLAN e dos esforços na elaboração do PAEG 1964-66 e do Plano Decenal 1967-76, bem como nos planos governamentais seguintes (PED; I, II e III PNDs). Fica palpável então a carência de dados que sistematicamente permitam um diagnóstico seguro da situação sócio-educacional, e mesmo setorialmente uma série de iniciativas (Censo Escolar 1964; Projeto da Carta Escolar, etc) procurou sanar as lacunas existentes. Mas, ao nível político-administrativo, os Decretos-Leis 200 e 900 de 1967 e 1969, consagrando os princípios de planejamento, coordenação, descentralização, controle, determinarão a competência do MINIPLAN (D.L. 200, art. 39, item V) em matérias do sistema estatístico nacional.

A institucionalização do Sistema Estatístico Nacional, previsto na Constituição Federal (Art.8, item XVII, alínea U) será operacionalizada pelas Lei

5.534/68, Lei 5.878/73 e sobretudo Lei 6.183/74. Esta legislação consagrara a Fundação IBGE como o Centro do Sistema Estatístico Nacional, com competências bem definidas em termos de produção direta, coordenação e orientação dos demais subsistemas, sempre que não for indicada a forma direta de atuação do IBGE (Lei 5.878/73, art. 4, § único). Os diversos órgãos setoriais e regionais de estatísticas ficam assim sob a orientação normativa do IBGE, sem prejuízo da subordinação administrativa a que estejam sujeitos (Lei 5.878/73).

No setor das estatísticas educacionais, a ênfase em um sistema estatístico global, ligado ao planejamento sócio-econômico e integrando todos os subsistemas setoriais e regionais é sacramentada pelo Convênio entre IBGE, IPEA, MEC, os Estados, Territórios e Distrito Federal, celebrado em 14 de julho de 1972, e publicado no Diário Oficial de 2 de fevereiro de 1973. Este Convênio interorganizacional e concomitante a outros convênios mais obrigatórios, como o Convênio de Intercâmbio de Informação para o Planejamento entre MINIPLAN, Governos Estaduais e a SAREM (Brasília, 14.10.1972), e o convênio aprovado durante o V Encontro Nacional de Secretários de Planejamento (Porto Alegre, 12.11.1973), através dos quais o IBGE procurou adequar suas funções centrais no Sistema Estatístico Nacional aos interesses de regionalização e de detalhamento de estatísticas das unidades federadas.

Outra dimensão deste período de vinculação das estatísticas educacionais ao processo de planejamento global é a explicitação, no Plano Geral de Informações Estatísticas (Decreto 74.084, de 20.05.1974), do conteúdo e periodicidade dos dados "necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País em seus aspectos considerados essenciais ao planejamento" (art.29). Sob o prisma mais setorializado do planejamento e da poli-

tica sociais do Poder Executivo federal, é definido também um Sistema de Indicadores Sociais que deve responder às necessidades de dados do Conselho de Desenvolvimento Social da Presidência da República (Lei 6.110/74 e Exposição de Motivos 05/74 do CDS/Pr.). Ainda recentemente, já dentro do espírito do III PND 1980-85 e do III Plano Setorial da Educação e Cultura - PSEC 1980-05 - e de suas prioridades de educação para os estratos urbanos carentes e de ensino rural, a Secretaria Geral do MEC, com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do CNRH/SEPLAN, procurou motivar os diversos sistemas de estatísticas educacionais a operacionalizar indicadores educacionais mais adequados à implantação de um planejamento social específico à população pobre.

Paralelamente ao desenvolvimento de um sistema de estatística voltado ao macro-planejamento, ocorre no âmbito do IBGE uma reestruturação de suas unidades mais diretamente vinculadas às estatísticas educacionais. Embora setores de análise de estatísticas educacionais existissem desde 1942 no Laboratório de Estatística do IBGE, esses passaram a ter em 1960 uma organização mais específica, com a criação do CBESE, Centro Brasileiro de Estatísticas Educacionais, através da Resolução COD-58, do Conselho Diretor do IBGE, em 15.10.1968. O CBESE era o "órgão destinado ao planejamento, a realização e coordenação de levantamentos, pesquisas, estudos e análises no campo das estatísticas educacionais" (art. 19 da Resolução). O CBESE foi criado em decorrência do Decreto 63,342, de 01.10.1968, no contexto pois do movimento de reforma universitária e da sentida carência de dados para a adoção de políticas educacionais. Dele participavam representantes de diversas unidades do IBGE, representantes do SEEC/MEC, IPEA, INEP. As funções do CBESE foram desmembradas quando da reestruturação do IBGE (Decreto 76.664/75), com as funções de cadas-

tro e levantamento atribuídas á Superintendência de Estatísticas Primárias, sobretudo a sua Divisão de Apoio Operacional (DIAPO-SUESP) responsável pelas Campanhas Estatísticas, e as funções de estudos e análises sendo atribuída à SUEGE e seus diversos Departamentos, sobretudo ao Departamento de Estudos e Indicadores Sociais (DEISO), com seus Relatórios ao Conselho de Desenvolvimento Social (CDS).

Conclusão;

Uma característica marcante no desenvolvimento das estatísticas educacionais no País - do início de sua institucionalização nos anos 30, À sua sedimentação em sistema nacional nos anos 70 - e a ênfase em integração dos diversos serviços estatísticos no plano técnico-administrativo, e em integração do próprio escopo das estatísticas no plano conceitual e analítico. Parece ser assim um processo natural que a mais recente política estatística do País venha consagrar o postulado sistêmico, ao estabelecer pela Lei 6,183/74 e pelo Decreto 74.084/74 o Sistema Estatístico Nacional.

3. O SUB-SISTEMA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS

3.1 Dimensionamento de Variáveis Macro e Micro-Educacionais

No contexto de um Sistema Estatístico Nacional caracterizado pelos objetivos de desenvolvimento e planejamento, um sub-sistema de informações educacionais define-se por sua especificidade de instrumento de análise, mensuração e avaliação do desenvolvimento educacional das pessoas e da sociedade.

Como sub-sistema, a educação interrelaciona-se a outros sistemas que lhe são mais abrangentes e inclusivos (como o social, demográfico, econômico, políti-

co), além de existir a um nível próprio de organização, funcionamento e produto. Essas duas instâncias - uma primeira mais externa e abrangente, outra mais interna e específica - permitem didaticamente distinguir no sub-sistema das estatísticas educacionais dos níveis complementares:

- a. a dimensão dos fatores macrosociais, macroeconômicos, políticos, demográficos, etc, que em geral parecem sobre-determinar () a organização e funcionamento do sistema escolar;
- b. a dimensão microsocial dos fatores propriamente escolares, em sua estrutura, recursos, processos, "produto", que condicionam também o desenvolvimento das pessoas e dos seus grupos sociais.

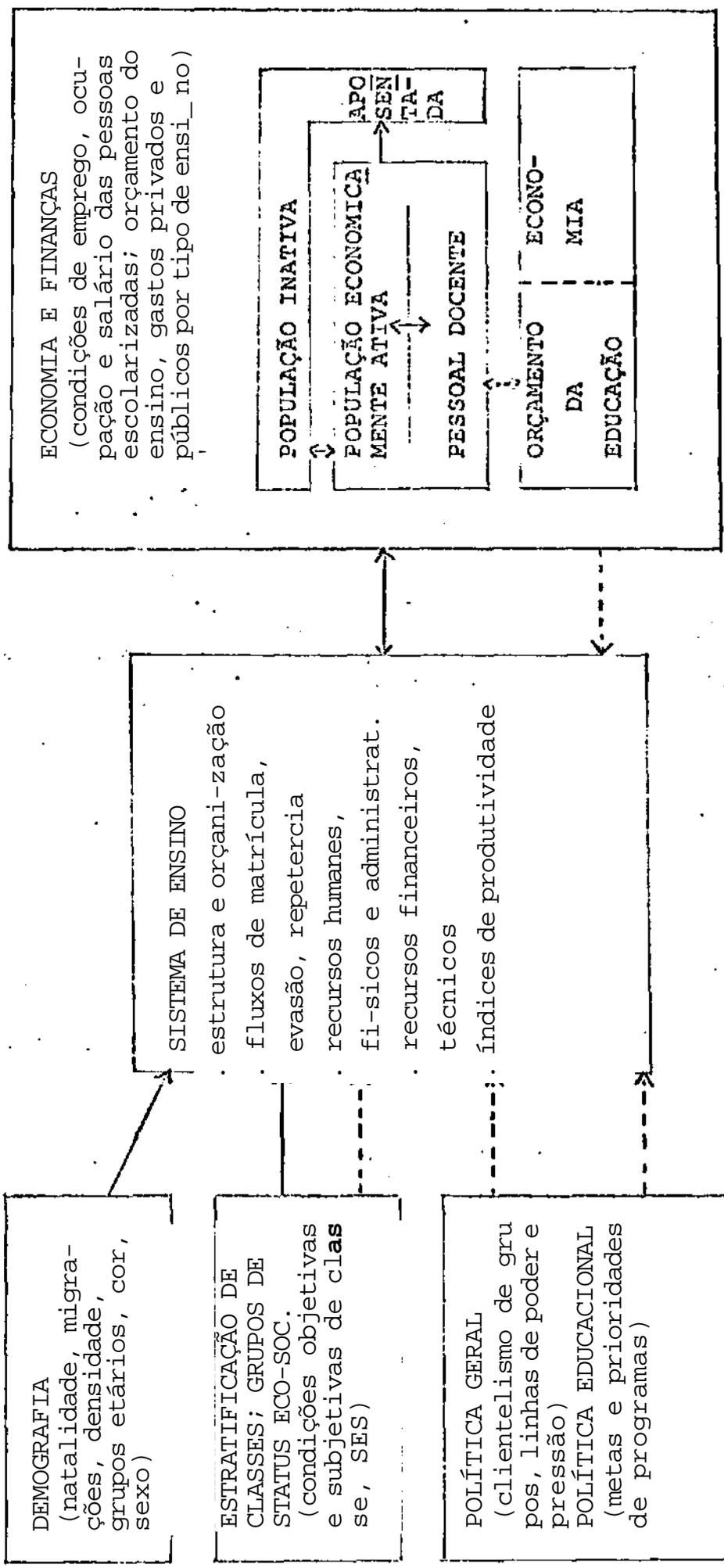
Assim, em termos de um subsistema de estatísticas educacionais, este pode ser conceituado e operacionalizado como um subsistema que interrelaciona fatores escolares, demográficos, sociais, políticos, econômicos, financeiros, etc, na perspectiva do desenvolvimento das pessoas e da sociedade.

Esquemáticamente pois, um modelo interligando as variáveis ou estatísticas macro e micro-educacionais pode ser delineado como no quadro a seguir.

() Empiricamente falando, a partir de pesquisas como as da International Evaluation Association e de H.A. Averch parece ocorrer suficiente base para firmar-se a ocorrência de uma prevalência das variáveis macroeducacionais sobre as microeducacionais (ver Teachers College Record, vol.79, nº 2, p. 289-297, 1977) e H.Averch, "A critical Synthesis and Review of Research Findings" in The Inequality Controversy, N.Y. Basic Books, 1975.

MODELO DS SISTEMA ESTATÍSTICO MACRO E MICRO-EDUCACIONAL

..... > fluxos de pessoais
 fluxos de
 influência.



Conceitualmente o modelo integra as principais dimensões analíticas relevantes para um processo de planejamento e desenvolvimento do sistema de ensino, em termos de objetivos, conteúdo, estrutura, funcionamento e produto deste sistema de ensino.

O modelo procura captar as principais linhas de interrelação entre os subsistemas sócio-econômico-político-educacional, as quais podem ser parcialmente operacionalizadas da seguinte forma:

- a. Demografia; o conjunto de variáveis e estatísticas educacionais aqui consideradas reporta-se basicamente a demanda social por educação, seja a partir dos contingentes populacionais a serem atendidos pelo ensino, seja em termos da superação dos diferenciais de demanda causados por fatores étnico, geo-espacial. etc.)
- b. Estratificação e Grupos de SES (de Status econômico-social;: um conjunto de variáveis e estatísticas relativas ainda essencialmente a demanda social por educação, na perspectiva sobretudo de igualdade/desigualdade de oportunidades no acesso, permanência e performance da população escolarizável/escolarizada, a partir dos critérios sociais de classe, grupos de status, etc.;
- c. Política Geral e Educacional o conjunto de variáveis (muitas vezes não-quantificáveis) relacionadas aos processos e mecanismos de decisão, influência e poder, que condicionam a política e a administração dos serviços educacionais a critérios de atendimento diferencial à clientela escolar (p.ex.: a política de gratuidade no ensino superior público para uma clientela que arcou com elevados custos diretos no 2º grau e em cursos propedêuticos). Em termos de po

lítica educacional, há as variáveis de prioridades po-líticas, declaradas em metas, programas e planos governamentais, como o III PND, III PSEC, III PBDCT, II PBPG, etc.

- 1. Conjunto de variáveis econômicas: relativas as condições estruturais e conjunturais de emprego, salário, ocupação, tanto da população já escolarizada, como da escolarizanda, sobretudo nas perspectiva de demanda/oferta de recursos humanos, de mão-de-obra segundo níveis e tipos de qualificação, de políticas de treinamento e articulação escola-trabalho, bem como fluxos entre PEA e não-PEA, perdas e incorporações de pessoal docente, etc.

Conjunto de variáveis financeiras: relativas à capacidade do poder público e das unidades familiares em investir em educação; os custos e benefícios sociais e privados da despesa com ensino; os impactos da alocação orçamentaria sobre as despesas correntes e de capital em educação; captação de recursos extra-orçamentários; política salarial de pessoal escolar; recursos para a educação, pesquisa, etc.

- f. Conjunto de variáveis do sistema de ensino; referentes as dimensões internas do sistema escolar, em sua estruturação, organização; fluxos de matrícula dos alunos por graus e séries; recursos humanos, físicos, financeiros, técnicos alocados; índices de produtividade do sistema e de performance da clientela, etc.

Certamente ao nível conceitual e teórico, o modelo de estatísticas macro e micro-educacionais pode ser bem mais sofisticável. Na prática contudo, é possível checar em que extensão e profundidade o Sistema Esta -

tístico Nacional (SEN) contempla, através de suas diversificadas fontes de dados, as varias dimensões do modelo abstrato.

A distinção entre variáveis macro-educacionais e micro-educacionais, embora seja mais um recurso didático de categorização, procura apreender de um lado os fenômenos mais abrangentes que ocorrem ao nível da sociedade, da economia, da política, e de outro lado os fenômenos mais inclusivos que se sucedem ao nível do subsistema social da escola. As variáveis macro-educacionais se reportam assim mais diretamente aos fatores estruturais da sociedade, da política e da economia, enquanto fatores condicionantes e/ou determinantes da educação escolar.

As variáveis micro-educacionais são as que se processam internamente no subsistema social da escola, seja em termos de estrutura e organização do ensino (GRAUS SERIES, TIPOS DE ENSINO, DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA), de fluxo (matrícula, evasão, repetência, etc) em termos de recursos institucionais (humanos, físicos, financeiros, técnicos) , e de produto (conteúdo cognitivo, comportamental, psico-motor de aprendizagem, índices de produtividade, diplomados, etc).

Na correlação das variáveis macro e micro-educacionais não se reconhece a ocorrência única de causalidade unidirecional daquelas sobre estas. As variáveis micro-educacionais podem, além de ser relativamente autônomas (ver Manfredo Berger, Educação e Dependência) desempenhar mesmo uma certa causação sobre fatores estruturais (p.ex.: mobilidade social dentro da estratificação da sociedade).

3.2 O S.E.N. e sua Demanda Legal por Estatísticas Micro e Macro-Educacionais

Importa aqui descrever como o SEN já contempla, através de seus requisitos legais, as múltiplas dimensões das estatísticas sócio-educacionais. As estatísticas educacionais fixadas pela legislação representam uma operacionalização imediata, por parte do legislador e do poder executivo, daquelas informações tidas como indispensáveis para desempenhar e coordenar a política sócio-econômico-educacional.

Legalmente considerados há no SEN três instrumentos básicos que explicitam o presente âmbito das estatísticas macro e micro-educacionais: o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (Decreto 74.084, de 20.05.74), a Exposição de Motivos 05/75 do Conselho de Desenvolvimento Social (Lei C. 118/75) e o Convenio MEC/IBGE/IPEA/Estados (Diário Oficial da União, em 02. 04 . 74 .D. 3226).

Nos parágrafos seguintes são transcritas as especificações estabelecidas nos instrumentos legais supracitados relativamente ao subsistema de estatísticas educacionais

- 2 Plano Geral de Informações Estatísticas

O Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (Decreto 74.084, de 20.05.74) compreende "o conjunto de informações estatísticas, ..., demográficas, sócio-econômicas, ..., necessárias ao conhecimento da realidade física e econômica e social do País em seus aspectos considerados essenciais ao planejamento econômico e social, e a segurança nacional" (art. 2º do Decreto).

O Decreto estabelece critérios sobre o mínimo de periodicidade e de âmbito territorial a que as informações devem obedecer, bem como a forma de apresentação

das informações (Decreto, art. 7º, § 3º). Igualmente fixa os critérios de classificação das informações, definindo explicitamente: a) o atendimento das necessidades emergentes do processo de desenvolvimento do País; b) a comparabilidade histórica; c) a comparabilidade regional; d) a comparabilidade internacional.

O ANEXO do Decreto 74.084, em sua Parte I, sobre Estatísticas Primárias, inclui a Divisão 4, situação cultural, que compreende as seguintes especificações:

4.1 Ensino

4.1.1 Características dos Prédios Escolares:

- a) de periodicidade trienal
- b) de âmbito municipal

4.1.2 Características de organização e de operação dos estabelecimentos de ensino e unidades escolares:

- a) de periodicidade anual
- b) de âmbito municipal

4.1.3 Custo de ensino (público e privado)

- a) de periodicidade anual
- b) de âmbito dos Estados, Distrito Federal e Territórios

Em sua Parte II, Estatísticas Derivadas, o ANEXO inclui a Divisão 2, Situação Social, determinando a elaboração de indicadores sociais relativos à instrução (item 2.1.1)

b. Os Indicadores Sociais de educação

O segundo instrumento legal a especificar estatísticas necessárias ao subsistema de estatísticas educacionais é constituído pelo Exposição de Motivos nº 05/75, de 19 de junho de 1975, do Conselho de Desenvolvimento Social. Criado pela Lei 6.118, de 9 de outubro de 1974, o Conselho de Desenvolvimento Social - CDS - "asses-

sora o Presidente da Republica na formulação da política social e na coordenação dos Ministérios da área, segundo o PND" (art. 29 de Lei). Em seu ANEXO I, a Exposição de Motivos 05/75 discrimina a unidade quinta, sobre Educação, Preparação de Mão-de-obra:

"V.1 - Indicadores relacionados com o produto do sistema educacional e com o nível de educação (alfabetização, numero médio de anos de escolaridade da população, nível de educação iniciado e concluído, conclusões de curso, população matriculada, retenção e evasão, pessoas treinadas, etc.)

V.2 - Indicadores relacionados com os insumos, recursos disponíveis e utilizados pelo sistema de educação (gastos, custo aluno/ano, coeficiente aluno/professor, etc.)

Y.3 •• Indicadores relativos aos programas de preparação de mão-de-obra.

Esta exigência estipulada pelo CDS de contar com estatísticas derivadas, como subsídio à sua política social, tem gerado no âmbito do IBGE a elaboração de indicadores sócio-educacionais, como os publicados em Indicadores Sociais; Relatório 1979 (Capítulo Educação, págs. 299-357) e em Tabelas Seleccionadas 1979 (págs. 107-118).

c. Convênio IDGE/MEC/IPEA sobre o Plano de Levantamentos Anuais ou Trienais de estatísticas de Educação e Cultura

Um terceiro instrumento legal que estabelece o conteúdo, detalhamento e periodicidade de estatísticas educacionais é o Convênio sacramentado entre a Fundação IBGE, o MEC e os Governos Estaduais através de suas secretarias de Educação e Cultura, e o IPEA (convênio firma-

do em 14.7.1972, e após ratificação pelas Unidades Federa-
das publicado no Diário Oficial da União em 02.04.1973).

Embora anteceda a legislação básica do SEN definida em 1973 e 1974, esse convênio não foi rescin-
dido formalmente e tem orientado a atuação do IBGE, do MEC
e das Secretarias Estaduais de Educação.

Concretamente, ficou estabelecido o Se-
guintes plano de coleta de dados, com sua respectiva
perio-dicidade, para os setores de educação o de cultura:

- setor de estatísticas educacionais, que compreendem
sete inquéritos assim discriminados:
 - a) estatísticas de ensino do pre-1º grau, de periodici-
dade anual;
 - b) estatísticas de ensino do 1º grau, subdivididas em
dois inquéritos anuais;
 - b.1) em escolas de uma só sala de aula
 - b.2) em escolas de duas ou mais salas de aula
 - c) estatísticas de ensino do 2º grau, de periodicidade
anual;
 - d) estatísticas de ensino do 3º grau, subdivididas em
três inquéritos anuais:
 - d.1) levantamento de dados estatísticos sobre o
es-tabelecimento de ensino superior;
 - d.2.) levantamento de informações sobre os cursos de
graduação
 - d.3) levantamento de informações sobre os cursos
de pós-graduação
- setor de estatísticas culturais, que compreendem oi-
to inquéritos assim discriminados:
 - a) sobre radiodifusão, de periodicidade anual]
 - b) sobre imprensa periódica, também anual;
 - c) empresas editoras de livros e folhetos, anual;

- d) cinemas, teatros e cine-teatros, trienal;
- e) museus, trienal;
- f) bibliotecas, trienal;
- g) associações culturais, trienal;
- h) associações desportivas, trienal.

Cada um dos quinze inquéritos estatísticos sobre educação, cultura e desporto engloba quesitos sobre a estrutura, funcionamento, clientela, recursos e produto desses serviços educacionais. Segundo as Cláusulas 3a. e 4a. do Convênio em pauta, o conjunto de instrumentos visa atender aos interesses dos poderes públicos e dos principais usuários, integrando assim a longa prática de articulação e divisão de encargos iniciadas em 1939 pela Resolução 115 do Conselho Nacional de Estatística, o desenvolvida ao longo das Coletas periódicas da Campanha Estatística do IBGE, já em sua 44a. série anual.

Os requisitos de periodicidade e conteúdo das estatísticas educacionais estabelecidos pela legislação representam uma operacionalização inédita das necessidades de informações estatísticas, por parte do administrador público. Assim sendo, as estatísticas sócio-educacionais especificadas legalmente ou juridicamente representam as percepções das autoridades públicas face ao SEN, no intuito de obter elementos para o planejamento.

Ocorre precisamente aqui o ponto de convergência entre a teoria e a prática, entre o modelo abstrato de estatísticas macro e micro-educacionais e a operacionalização concreta de dados a coletar para a ação político-administrativa. Diante do universo de variáveis demográficas, sociais, econômicas, educacionais, etc. (dimensionáveis p.ex. como no modelo desenvolvido neste estudo) os instrumentos legais do SEN operacionalizam algumas estatísticas, como a título de exemplares ou marcos que balizam os vários setores.

Qual é, contudo, o núcleo central das estatísticas educacionais necessário ao processo de planejamento e desenvolvimento? Quais são os níveis de detalhamento e periodicidade destas estatísticas? Quais as estatísticas macro e micro-educacionais consideradas complementares a um sistema de informações voltado ao planejamento?

Uma adequada resposta a tais questionamentos talvez só seja encontrada no instável equilíbrio entre as necessidades teóricas do SEN e as exigências e limitações práticas do aparelho político-administrativo do SEN. Trata-se de uma tarefa teórico-prática a ser atribuída p.ex. a um Conselho Nacional de Estatísticas Educacionais, suficientemente capaz de equilibrar os diferentes níveis de exigências das estatísticas, sua intercomplementariedade e periodicidade.

Seria presunçoso elaborar-se mais sobre essa problemática, e procurar alcançar uma adequada resposta teórica e político-administrativa quanto ao subsistema estatístico de educação, dentro do SEN. Parece oportuno contudo examinar-se mais detidamente, em um próximo tópico, as implicações gerais que o princípio de centralização teoricamente e praticamente apresenta para o Sistema Estatístico Nacional e o subsistema de estatísticas educacionais.

3.3 O Princípio de Centralização e o SEN (Sistema Estatístico Nacional)

A concepção sistêmica presente na atual legislação endossa claramente o princípio da centralização, conferindo a Fundação IBGE um papel centralizador, tanto verticalmente nos processos de decisão e planejamento,

como horizontalmente nos processos de operacionalização das estatísticas setoriais.

A razão fundamental desta centralização baseia-se no critério conceitual-analítico do SEN, enquanto este objetiva retratar o processo de desenvolvimento do País e servir ao planejamento sócio-econômico nacional. O SEN tenciona assim constituir-se em um sistema integrado de informações para o planejamento, retratando estrutural e conjunturalmente o País, em seus diversos setores econômicos e sociais, aos níveis nacional e regional.

Tal paradigma sistêmico, conceitualmente e operacionalmente vinculado a identificação e análise do desenvolvimento sócio-econômico, manifesta-se claramente pela legislação vigente.

Lei 6.183/74, definidora do SISTEMA Estatístico Nacional, reza em seu Artigo 19:

"(o SEN objetiva)... "possibilitar o conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especialmente ao planejamento econômico e social"

Igualmente, o Decreto 74.004/74, sobre o Plano Geral de Informações Estatísticas declara em seu Artigo 29:

"O Plano, de que trata o artigo 19, de responsabilidade da Fundação IBGE, compreende o conjunto de informações estatísticas ... necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, em seus aspectos considerados essenciais ao planejamento econômico e social, e a segurança nacional".

Trata-se pois de uma concepção sistêmica analítico-conceitual, e não de um sistema calcado sobre

critérios técnico-administrativos, que fosse composto por unidades hierarquizadas ou articulado horizontalmente por unidades setorialmente especializadas.

Com efeito, a legislação estatística de finida no biênio 1973-1974, pela Lei 5.878/73 sobre a Fundação IBGE e pela Lei 6.183/74 sobre o Sistema Estatístico Nacional, consagra o princípio da centralização, unificando sob a atuação direta do IBGE a própria abrangência dos Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais. Excertos da legislação, a seguir, configuram perfeitamente esta política nacional de centralização estatística:

LEI 5.878, de 11.05.1973, dispendo sobre a Fundação IBGE:

"ART. 2º - Constitui objetivo básico do IBGE assegurar informações e estudos de natureza estatística... necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especialmente ao planejamento econômico e social e a segurança nacional".

1º A atuação *do IBGE se exercerá me-*

diante a produção direta... mediante a produção direta de informações e a coordenação, a orientação e o desenvolvimento das atividades técnicas dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais (Constituição, art. 89, item XVII, alínea "V" e Decreto--Lei 200, de 25.02.1967, art.39, item V)

ART. 39 - Para consecução do objetivo básico enunciado no art. 29, o IBGE atuará principalmente nas seguintes áreas de competência:

- I - estatísticas primárias (contínuas e censitárias);
- II - estatísticas derivadas (indicadores econômicos e sociais, sistemas de contabilidade social e outros sistemas de estatísticas derivadas);

V - sistematização de dados sobre meio-ambiente e recursos naturais, com referência a sua ocorrência, distribuição e freqüência.

LEI 6.3.63, de 11.12.1974 (dispõe sobre os Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais)

ART 1º-O Sistema Estatístico Nacional . . . compreende as atividades estatísticas exercidas nas áreas de competência definidas no artigo 3º, itens I, II e V da Lei 5.878.... (obs.: enunciados no parágrafo anterior).

§ único do Art. 4º: No desempenho dos encargos que lhe são cometidos por este artigo, o IBGE, quando não indicada a forma direta poderá firmar acordos, convênios e contrato... , nos termos do disposto no artigo 8º, da referida Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973

DECRETO 74.004/74, sobre o Plano Geral de Informações Estatística:

Artigo 2º-O Plano do que trata o Art. 1º, de responsabilidade da Fundação IBGE, compreende o conjunto de informações estatísticas necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, em seus aspectos considerados essenciais ao planejamento econômico e social, e a segurança nacional".

Em termos da política estatística nacional, estas bases legais delineam duas dimensões de centralização no Sistema Estatístico Nacional: a) o SEN está conceitualmente e operacionalmente centrado no escopo de retratar o processo de desenvolvimento sócio-econômico e de servir ao planejamento do País; b) o SEN está conceitualmente e operacionalmente centrado sobre a instituição nacional de

estatística, que é o IBGE.

É evidente o princípio de centralização que dá conteúdo e forma ao SEN: o conteúdo conceitual de modo de variáveis relativas ao desenvolvimento e ao planejamento sócio-econômicos, e a forma técnica-administrativa institucionalizada no IBGE e complementarmente integrada por órgãos setoriais e/ou regionais de estatísticas.

Dada esta definição e opção legais quanto à centralização do SEN, é possível considerar-se os aspectos potencialmente positivos e/ou negativos que a experiência internacional aponta relativamente à questão "centralização X descentralização" nos sistemas estatísticos dos Países,

A ONU, através do seu Statistical Office, apresenta uma bem balanceada análise sobre as vantagens e/ou desvantagens apresentadas pelas diversas alternativas de descentralização e centralização dos sistemas estatísticos nacionais, na obra The Organization of National Statistical Services: A Review of major issues (N.Y. Statistical Office, Studies in Methods, Series F, nº 2, 1977, 23 p.)

Não ocorre em princípio uma bipolaridade rígida entre descentralização e centralização, pois ambos os critérios podem ser articulados sob diversas formas, tanto verticalmente na estruturação e hierarquização dentro do sistema de estatísticas nacionais, como horizontalmente na articulação dos ministérios e órgãos específicos das estatísticas setoriais.

Há pois teoricamente um amplo continuum na composição centralizada do SEN.

O supracitado relatório técnico do Statistical Office da ONU pondera diversos argumentos favoráveis e contrários, tanto à centralização, como à descentralização dos sistemas estatísticos nacionais.

Entre as vantagens de uma política de

centralização nas estatísticas nacionais, o relatório da ONU relaciona as seguintes razões:

- . economias de escala, face a escassês de recursos humanos e técnicos, tanto em relação à rede de coleta, como a sistemática de processamento de dados;
- . vantagens de o usuário lidar com uma única fonte de dados, ocorrendo mais ampla disseminação de informações para um raio maior de usuários;
- . liberação dos respondentes da duplicação de trabalhos de informação, fazendo-os lidar com uma só agência co-letora;
- . liberação dos respondentes de pressões departamentalmente setorializadas, permitindo-lhes relacionar-se com uma agência mais neutra, preservando assim maior objetividade e garantindo mais o sigilo cie informações;

um órgão central mantendo equilíbrio nas prioridades setoriais.

Em relação ã abrangência da centralização nas estatísticas gerais e específicas, o Relatório su-
pracitado da ONU especifica em sua pagina 7:

"Ha consenso de centralização em órgão cen-
tral de estatísticas quanto a censos popu-
lacionais, levantamentos domiciliares, es-
tatísticas demográficas e um largo raio de
estatísticas econômicas, preços, comércio
internacional, contas nacionais e outras a
tividades inter-setoriais. Ha menos con-
senso relativamente à agricultura e traba-
lho, e menos consenso ainda em relação ã
esfera social - educação, saúde, crime, etc -,
onde as estatísticas sejam baseadas subs-
tancialmente em registros administrativos
.... Mas mesmo em sistemas altamente descen

tralizados há tendências centralizadoras: usualmente uma agência coordenadora, localizada centralmente, fica encarregada da responsabilidade de integração e coordenação dos serviços estatísticos". (ONU, Statistical Office, op.cit., p.7)

Ja em relação as estatísticas setorialmente específicas, como é o caso das estatísticas educacionais, o relatório do Statistical Office da ONU relaciona diversas vantagens e desvantagens da sua descentralização, as quais são resumidas a seguir:

Vantagens da descentralização, em termos de estatísticas setoriais:

- . facilita detectar a demanda por dados específicos, em campos específicos;
- . é mais apropriada ao desenvolvimento de um conhecimento completo sobre a prática de controle e problemas de reportar-se os dados aos usuários;
- . facilita o desenvolvimento de um "esprit de corps" no campo específico, entre os que suprem dados e os usuários oficiais e privados.

Desvantagens da descentralização nas estatísticas setoriais:

- . compartimentalização na programação e operações estatísticas, com riscos de duplicação no uso de recursos excessos e em práticas inconsistentes;
- . ocorrência de problemas de integração e coordenação estatísticas, o que limita o crescente interesse por estatísticas intersetoriais;
- . dificuldade em gerar produtos relativamente à amostragem, desenho de levantamentos, desenho de sistemas de computação e programação, pesquisa e análise.

Sintetizando suas ponderações relativamente à matéria de centralização versus descentralização, o relatório supracitado do Statistical Office da ONU conclue em sua pagina 8:

"A centralização é favorecida pelo critério de eficiência no uso de recursos escassos e do provimento de serviços, Contudo, o mais forte argumento pro ou contra centralização tem a ver com a eficácia do sistema, i.e., com a relevância e o impacto dos produtos". (ONU, Statistical Office, op.cit., p.B).

O recurso didático as considerações técnicas do Statistical Office da ONU permite mapear assim uma serie do cursos alternativos de ação político-administrativa no processo de redefinição organizacional das estatísticas educacionais. O estudo concreto do caso brasileiro nos últimos cinqüenta anos, no setor das estatísticas educacionais, revela sem duvida a mesma gama de vantagens e desvantagens nos processos de centralização e descentralização Assim a tentativa institucional de procurar-se um ponto ótimo (o ótimo relativizado) de equilíbrio entre centralização e descentralização parece ser mais viável através de um órgão central de alto nivel, como o seria p.ex. a Comissão Nacional de Estatísticas Educacionais.

4. A PRESENTE OPERACIONALIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS NO SISTEMA. ESTATÍSTICO NACIONAL

No processo de pesquisa social, ao qual estão necessariamente imbricadas as estatísticas educacionais, é importante ter sempre em mente as relações dedutivo-indutivas, interligando os conceitos, construtos, variáveis e indicadores (ver P.Lazarsfeld e R.Boudon, Le Vocabulaire des Sciences Sociales, vol. 1). Assim sendo, pare

ce oportuno considerar-se a presente operacionalização das estatísticas educacionais no Brasil, tomando como referencial teórico um arcabouço de conceitos e construtos, como aquele delineado no Quadro à pág,14 , que tenta relacionar educação e/ou ensino a fatores de demografia, estratificação social, política, economia e finanças.

Tentar-se-à assim nesta parte descrever os recursos institucionais e técnicos de que se vale presentemente o Sistema Estatístico Nacional, para retratar as variáveis educacionais, procurando-se identificar também os paradigmas analíticos que implícita ou explicitamente conformam cada fonte de dados,

4.1 Abordagens Analíticas Predominantes no SEN e Quadro Sinóptico das Variáveis e suas Fontes Institucionais.

Sem desconhecer a relevância da questão epistemológico-científica dos paradigmas aplicáveis as ciencias sociais (se estrutural funcionalista marxista conflitual, histórico-dialético, etc), restringir-se-á o enfoque nesta parte à consideração factual de que prevalece em nossas estatísticas sociais um empirismo de natureza estrutural-funcionalista, segundo o qual os dados buscam retratar uma sociedade consensual, em busca de equilíbrio, com as instituições sociais apresentando aspectos de funcionalidade e/ou disfuncionalidade face a objetivos e necessidades comuns ao sistema social. A partir pois de uma ótica desenvolvimentista, o sistema estatístico pretende informar como no tempo e no espaço, as diversas dimensões do desenvolvimento social e econômico são participadas ou não pelos vários grupos e estratos da sociedade. Mais recente mente, a partir do II PND (1975-79) e principalmente dentro do contexto dos projetos prioritários do III Plano Setorial de Educação e Cultura 1980-85 a ênfase em políticas

em prol da população de baixa renda e dos estratos marginalizados muda em parte essa tônica.

Sob tal ângulo é comum prevalecer um modelo de análise insumo-produto, a partir do qual as estatísticas sócio-educacionais buscam retratar as condições de acesso e usufruto dos bens e serviços gerados pela educação, por parte dos diversos estratos sociais, dadas determinadas situações de oferta do ensino (recursos humanos, físicos, financeiros alocados) e de demanda atual ou potencial da clientela.

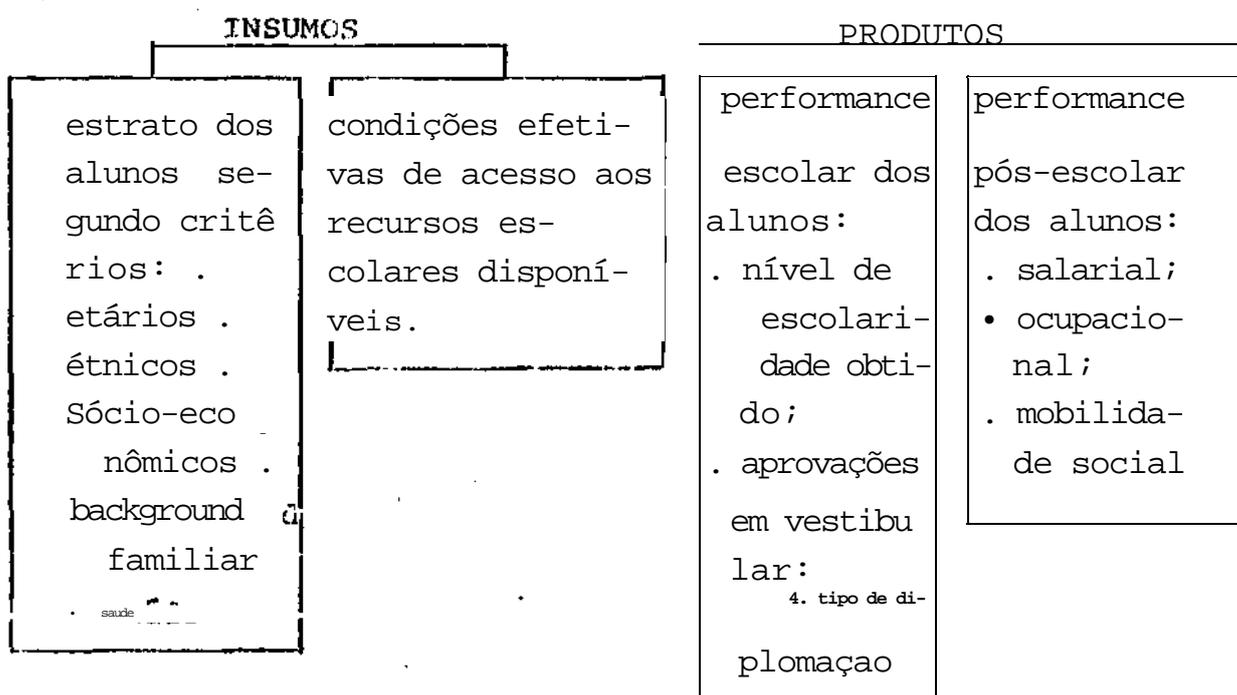
As estatísticas educacionais reportam-se, via de regra, a dois níveis: um nível micro-educacional, relativo ao próprio sistema escolar e as instituições escola-res com seus insumos de pessoal, instalações e recursos financeiros e seus produtos traduzidos em volume de matrícula, aprovações, evasão, etc; um nível macro-educacional, referente aos fatores demográficos, sociológicos, políticos, e-econômicos que condicionam de um lado o acesso e usufruto ao sistema de ensino e de outro lado condicionam também o produto da educação em termos de ocupação, rendimento, e as próprias condições de performance dentro da escola.

Esquemáticamente ter-se-iam assim delineados os dois modelos analíticos que prevalecem, seja no "design" dos questionários, seja na exploração dos dados levantados:

- a) ao nível micro-educacional do sistema de ensino, o modelo insumo-produto restringe-se a considerar:

INSUMOS	PRODUTOS
. rede escolar segundo dependência administrativa;	. volume da matrícula;
. pessoal docente por qualificação;	. taxas de aprovação, repetência, evasão
. pessoal técnico-administrativo	. taxas de Concluintes e diplomados

b) ao nível macro-educacional, interrelacionando fatores demográficos, sociais, econômicos à educação, os modelos insurno-produto mais usuais consideram menos ou mais os seguintes fatores:



Via de regra, os levantamentos estatísticos do SEEC/MEC, MOBRAL, CENESP, SENAI, SENAC e instituições similares tendem a pautar-se pelo modelo micro-educacional de insurno-produto. Já as pesquisas censitárias e por amostragem do IBGE, as pesquisas do ECIEL, Fundação CESGRANRIO e de certa forma também alguns Censos Escolares, procuram delinear-se segundo um modelo macro-educacional de insurno-produto.

O universo conceitual contemplado dentro do Sistema Estatístico Nacional pelas diversas fontes de estatísticas sócio-educacionais pode ser considerado amplo, mas é parcelado a partir do próprio escopo de cada pesquisa e do seu modelo analítico. Sem pretensões de ser e-

xaustiva, uma sinopse dos principais blocos conceituais e/ou conjuntos de estatísticas poderia ser esboçada, como se tentara a seguir:

BLOCOS CONCEITUAIS:

1. DEMOGRÁFICOS E GEO-ESPA
CIAIS
2. SAUDE, NUTRIÇÃO, ANTRO-
POMETRIA
3. SÓCIO-FAMILIARES E DE
STATUS SÓCIO-ECONÔMICO
4. VARIÁVEIS POLÍTICAS DE
CLIENTELISMO, GRUPOS DE
PODER E INFLUENCIA
5. ECONOMIA, EMPREGO, REN-
DIMENTO
6. FINANCIAMENTO; DESPESAS
PUBLICAS E PRIVADAS;
CUSTOS DO ENSINO

6,1 Despesas Públicas

FONTES PE DADOS:

Censos Demográficos; PNADs;
Censos Escolares.

ENDSF; CENESP; Pesquisa ECIEL;
levantamentos especiais do
CENESP, Secretarias Estadu-
ais de Educação.

Censos Demográficos; PNADs;
Pesquisas dos moldes ECIEL,
Cesgranrio, Fundação Carlos
Chagas, FUVEST e similares.

Fontes documentais e de ar-
quivos, sobre Planos e Pro-
jetos Governamentais; análi-
ses post-facto sobre clien-
telas atendidas; pesquisas
sobre despesas e orçamentos;
estudos de caso.

Censos Demográficos; PNADs;
pesquisas com dados
secundários da RAIS,
Imposto de Ren da, SINE;
ilações dos Censos
Econômicos, PME.

Balances Estaduais e Munici-
pais; Orçamentos Estaduais

G.2 Despesas Privadas

6.3 CUSTOS

7. CARACTERÍSTICAS DE ESCOLARIDADE E DE ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO
8. DADOS SOBRE O ENSINO FORMAL (FLUXOS DA MATRÍCULA; RECURSOS HUMANOS; FÍSICOS, TÉCNICOS, ETC)

e Municipais (IBGE/SUESP/DEASP); Despesas da União e dos Estados (FGV/RJ); Matriz dos Gastos Governamentais (IBGE/SUEGE/DIESI); Balanços pela Secretaria de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda.

ENDEF, INPC/Locais de Compra (IBGE); estudos amostrais do imposto de renda (Min. Fazenda); Pesquisas "Mercado Global"; relatórios das escolas particulares as Comissões de Encargos Educacionais dos Conselhos Federal e Estaduais de Educação.

pesquisas e modelos ECIEL

SEC-DF; ECIEL/SMERJ; SPL/SEEC-RJ; pesquisas institucionais de universidades e escolas particulares e públicas; CFE e CEEs: Comissões de Encargos Educacionais.

Censos Demográficos, PNADs, Censos Escolares.

SEEC/MEC; SECs Estaduais e Municipais.

- | | |
|---|--|
| 9. DADOS SOBRE O ENSINO ESPECIAL | CENESP, SECs Estaduais e Municipais. |
| 10. DADOS SOBRE ENSINO SUPLETIVO: | |
| 10.1 Alfabetização | MOBRAL, MEC, SEPS/Supletivo |
| 10.2 Aprendizagem e Qualificação | SENAI, SENAC, SENAR |
| 10.3 Suplência | SEPS/Suplet.; SECs Estaduais e Municipais |
| 10.4 Suprimento | |
| 11. DADOS SOBRE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS | Ministério do Trabalho:SNMO, SINE, CFMO, SENAI, SENAC, SENAR, CIEFs, Pr. Rondon; MUDES |
| 12. DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO | CNPq, IBICT, FINEP, CAFÉS, Instituições e Centros de Pesquisa (FCC, SBPC, etc.) |

Conclusões:

Alem do objetivo de verificar as principais dimensões de estatísticas educacionais cobertas pelo Sistema Estatístico Nacional (independentemente de seus escopos nacional, regional e local), a presente discriminação permite vislumbrar um mosaico de informações que potencialmente permitiriam uma certa integração, a partir de critérios de classificação mais abrangentes, que reunisse, p. e., os códigos municipais do IBGE, a Classificação Interna cional Tipo da Educação-CITE- da UNESCO, etc.

Em suma, poder-se-ia dizer que, apesar de limitadas, as fontes de estatísticas sócio-educacionais

oferecem subsídios bem variados de informação. Pode-se mesmo avaliar que a relação entre dados disponíveis e análises desenvolvidas a partir das mesmas seja muito baixa, seja em função do desconhecimento das fontes de dados, seja em função de generalizada descrença e/ou fobia ao empirismo nos meios educacionais.

Essa visão sobre a presente operacionalização das Estatísticas Educacionais no Sistema Estatístico Nacional, se devidamente aprofundada em sua análise conceitual e metodológica, poderá vir a oferecer valiosos subsídios ao desenvolvimento do Sistema Estatístico Nacional, e sobretudo poderá ensejar à Secretaria Geral do MEC indicação de arquivos de dados indispensáveis ao seu setor de informática, ou CPD, no intuito de alimentar o processo de tomada de decisões.

5. CONSIDERAÇÕES JULGADAS PERTINENTES EM UM PROCESSO DE REDEFINIÇÃO INSTITUCIONAL DAS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS | SG/MEC.

5.1 Necessidade de Integrar Conceitual e Operacionalmente as Estatísticas Educacionais/ através de articulação de Alto Nível.

Como estabelecido na 1a. parte, o SEN caracteriza-se sistemicamente como conjunto de informações para avaliação do processo de desenvolvimento sócio-econômico. Sob tal perspectiva, as estatísticas escolares são analisáveis: 1) ao nível micro-educacional, segundo o supracitado modelo insumo-produto; 2) ao nível macro-educacional, segundo sua interrelação com os aspectos de Demanda Social (implicações demográfico-socio-políticas de atendimento escolar, de clientelismo, equalização de oportunidades, democratização do ensino) e do Desenvolvimento dos

Recursos Humanos (implicações ocupacionais, de emprego, rendimento privado e social, custos e investimento em educação, etc).

É imperioso assim buscar-se melhor **inte**-gração das estatísticas do sub-sistema educação, como se menciona assiduamente em relação às políticas de atendimento escolar, à habilitação profissional de 2º grau, a oferta do ensino superior.

Como viabilizar essa integração, p.e./ através de arquivos de dados dos Censos Demográficos, Levantamentos Escolares, PNADs, Censos Escolares, etc? Potencialmente, há mais interfaces a serem articuladas conceitualmente e a serem tecnicamente viabilizadas através de Banco de Dados no IBGE e no MEC (p.e. ao nível analítico dos Municípios e Distritos). Uma retomada de experiências anteriores, p.e. uma Comissão Nacional de Estatísticas Educacionais, poderá favorecer a integração conceitual e método lógica dos principais agentes estatísticos, de educação, aparando resistências institucionais e evitando desencontros no Sistema Estatístico Nacional.

5.2 Redefinição Institucional dar: Estatísticas educacionais Segundo os Princípios do SEN

Os quase 50 anos de institucionalização da coleta e divulgação das estatísticas educacionais no Brasil viram diferentes formas de articulação técnico-político-administrativa entre os atuais MEC e IBGE (ver parte I, sobre histórico das estatísticas educacionais no Brasil). Cristalizaram-se assim certas percepções, responsabilidades e funções que necessariamente devem ser revistas a partir da própria concepção e implementação de um Sistema Estatístico Nacional (Decreto 74.084/74). Os princípios de centralização no SEN, de regionalização e detalhamento dos

dados impõem assim uma redefinição institucional, que naturalmente envolve diferenças de interpretação e resistência a mudança.

É indispensável assim que as autoridades competentes, aplicando os princípios legais que regulam o Sistema Estatístico Nacional, redefinam as interfaces, as funções e responsabilidades dos organismos diretamente responsáveis pelas estatísticas educacionais, superando fórmulas meramente compensatórias de incrementalismo.

A adaptação, para o caso das estatísticas educacionais, da redefinição institucional elaborada entre o Ministério de Agricultura e a Fundação IBGE em 1971 (Decreto 68.678, de 25.05.71) parece ser o encaminhamento político-administrativo mais aconselhável, por articular em uma instância interorganizacional elevada os incumbentes da tomada de decisão nas instituições-chaves do IBGE e do MEC

5.3 Requisitos Técnico-Político-Administrativos Considerados cruciais ao Processo de Redefinição Institucional: Centralização e Descentralização, Regionalização e Detalhamento.

A legislação vigente sobre planejamento e sobre sistema estatístico envolve princípios de centralização na tomada de decisão e de descentralização na execução. Em termos da consideração nº 2 acima, a centralização de decisões estaria resguardada através da instância interorganizacional (ao modelo p.e. da CEPAGRO-IBGE/Min.Agricultura), que implicaria em um comando técnico-político de alto nível. A descentralização na execução das tarefas e funções institucionais e setoriais específicas estaria então consentaneamente articuladas sem prejuízo à unidade teórico-conceitual do sistema e com vantagens operacionais.

O princípio de regionalização envolve

duas dimensões: uma conceitual, relativamente á adequabilidade das estatísticas educacionais ao processo de planejamento e administração regionais e/ou locais do ensino; outra operacional, em relação à crescente responsabilidade das Secretarias Estaduais de educação na coleta dos dados e mesmo na elaboração de questionários mais abrangentes do que os questionários do SEEC/MEC.

A adequação regional dos questionários nacionais é primordial para os ensinos de 1º e 2º graus, por serem estes basicamente municipais e estaduais, podendo ser viabilizada através de participação destas instâncias político-administrativas no órgão máximo das estatísticas educacionais do País.

Operacionalmente a regionalização reporta-se ao crescentemente ativo envolvimento das Secretarias Estaduais de Educação (ou de Fundações Estaduais) na Coleta e mesmo no processamento das estatísticas educacionais, a partir do Convênio MEC/IBGE/Estados 1973, Se de um lado, na avaliação do SEEC/MEC e de SECs Estaduais, houve agilização e maior fidedignidade nos dados, por outro Dado isso implicaria em redundâncias no uso de recursos na rede coletora e no processamento. Tal aspecto constitui-se *em* ponto controverso, a ser considerado no contexto da política global a ser definida.

O problema de detalhamento de certas estatísticas educacionais aos níveis locais e/ou regionais requer igualmente uma definição dentro da política global, não só em relação a quesitos especiais dos questionários escolares, mas também em termos de intercomplementariedades com outros levantamentos e pesquisas (PNADs, p.e.) e com os Censos Demográficos e Escolares. Aqui se aplicam princípios de comparabilidade de dados, de Construção de series históricas e de custos, que condicionam qualquer decisão de detalhar-se a informação, havendo alternativas igualmente de

pesquisar amostras (vide, p.e., a tentativa da SEC-SP de implantar um sistema de estudo sócio-econômico-escolar em cortes do alunado) comparativamente a outras pesquisas como as da IEA em 21 países, do ECIEL em 7 países, etc.

5.4., A Racionalização do Processo de Geração das Estatísticas Educacionais.

O processo dedutivo-indutivo que caracteriza a pesquisa sócio-educacional permite que se tente sempre um aperfeiçoamento conceitual e metodológico nas diversas fases do processo: 4.1) construção do modelo analítico ou de conceituação; 4.2) operacionalização de instrumentos; 4.3) coleta de dados; 4.4) processamento e 4.5) divulgação.

5.4.1 Se se tem em vista um modelo conceitual de instrumentos indispensáveis ao planejamento educacional, a questão básica é considerar-se a adequação entre as estatísticas e seus conceitos de referências onde contido está

explicitado o arcabouço conceitual ao qual se relacionem as estatísticas ora coletadas? A resposta a tal questão **poderá** sem dúvida ser devidamente formulada ao nível de uma Comissão Nacional de Estatísticas Educacionais a partir das necessidades de informação dos dirigentes políticos e dos planejadores da educação. Sem contar-se com sólido arcabouço de referência conceitual que de sentido teórico-prático as estatísticas produzidas, corre-se o risco de empirismo, oco de conteúdo.

4.2 A operacionalização dos instrumentos de coleta de dados é deduzida assim do esquema conceitual, tornando os construtos necessários ao planejamento e à política educacionais de fato identificáveis através dos itens dos questionários. Sob tal ângulo convém analisar-se a presente sistemática de elaboração de questionários, que é formalmente

regulamentada através do Convênio MEC-IBGE-Estários de 1973, Os critérios de continuidade de temas levantados, de preservação de comparabilidade inter-séries históricas, de atendimento a requisitos de agências internacionais são aduzidos como fatores de manutenção, paralelamente as vantagens da programação computacional já sedimentada. A questão crucial residiria então na definição da periodicidade ótima para levantamento de dados relativos aos diversos conceitos em estudo. A variação anual, que empiricamente ocorre em certos fenômenos, poderá não justificar a inclusão dos mesmos itens dos questionários ao longo de certo período. A periodização trianual que se estabeleceu, por exemplo, para os questionários PE-1, sobre prédios escolares, pode ser estendida a determinados itens mais estatísticos. Pode-se igualmente considerar a alternativa idealizada para as PNADs, segundo a qual ter-se-ia um questionário básico que anualmente levante os dados mais pertinentes as políticas econômico-sociais (no caso, educacionais), e com outra periodicidade ter-se-ia um questionário -suplemento que detalhe variáveis mais específicas ao devido dimensionamento de um fenômeno (p.e.: causas da evasão ou repetência bem discriminadas em seus possíveis fatores).

4.3 Um terceiro aspecto operacional refere-se À coleta de dados, reportando-se de um lado à base de dados, e de outro à rede coletora. Em relação à base de coleta de dados, há dois pontos dignos de exame: a) a devida depuração dos questionários de coleta, ainda onerados por um largo campo de informação meramente cadastrais, que poderia ser dispensado pela disponibilidade de um cadastro mais geral; b) a devida integração entre questionários de coleta nacional e a base de dados em cada unidade escolar, viabilizada através de Arquivos Escolares. A presente situação parece onerar não apenas o questionário impresso com campos de in

formação talvez dispensáveis, como aumenta os custos posteriores de digitação dos dados em fitas e de processamento destas, pois cerca de 20% dos dados dos questionários de I grau se constituem de meras informações de cadastro, com esse índice chegando a 10% nos demais questionários.

O outro aspecto operacional reporta-se à rede coletora de dados. Pois a partir de 1974, de forma crescente o Convênio IBGE/SEEC-MEC/Secretarias Estaduais de Educação permitiu a participação dos Estados, juntamente com a rede coletora do IBGE, no processo de distribuição e de coleta dos questionários. Estima-se hoje em dia, em média, metade dos questionários seja coletada pela rede regional do IBGE, e a outra metade pela rede de supervisão do ensino estadual. Em termos de volume de trabalho para a rede coletora do IBGE, o presente encargo de cobrir 50% das unidades escolares equivale a aproximadamente um décimo do trabalho anual da rede de coleta, sob direção da DIAPO/SÜESP. Assim, uma revisão no processo descentralizador de aplicação e recolhimento dos questionários do SEEC/MEC e a atribuição exclusiva da tarefa à rede local do IBGE implicariam em demandar-se ao sistema de coleta do IBGE 20% de seu tempo/ano exclusivamente para as estatísticas escolares.

Em seminários nacionais (p.e. o de Indicadores Educacionais, em Brasília, 28.03.80), em relatórios técnicos do SEEC/MEC, têm sido aduzidas duas vantagens adicionais à descentralização relativa na coleta de dados pelas SECs Estaduais: a) a agilização do processo de distribuição e recolhimento dos questionários; b) o maior controle na confiabilidade da informação pela unidade escolar, quando exercido pelos Serviços de Supervisão e/ou Inspeção das SECs Estaduais.

Paralelamente, para os Estados com melhor desenvolvimento no sistema de informática (FUNDEPAR, no Parana; CEDINE, em Minas Gerais; Fundação de Estatísti -

cas do Rio Grande do Sul; SEP e CIE/SP) vem ocorrendo um processo de detalhamento e regionalização nas estatísticas escolares, com os questionários do SEEC/MEC sendo implantados em questionários mais abrangentes dos sistemas estatísticos estaduais. O SEEC e o CIMEC já recebiam assim os dados regionais digitados em fitas, segundo layout previamente definido.

Os aspectos, mencionados neste tópico 4.3, revelam importantes pontos de reflexão nesta fase de reinstitucionalização dos serviços de estatísticas educacionais.

4.4 A fase de processamento de dados destaca-se talvez como a mais séria lacuna no processo de geração das estatísticas educacionais. Há falhas tão sérias - p.e., a impossibilidade de processar-se as fitas *com* os arquivos de dados de 1973, 1975, 1976 no IBGE/DIESI e DIDEM os atrasos crônicos de computação - que chegam a suscitar proble-

mas na confiabilidade dos dados. Convênio CIMEC/CNPq

desde 1973 em andamento, não surgiu efeitos no setor de processamento dos dados estatísticos. Assim, é mister reconsiderar-se urgentemente e de forma global o presente serviço computacional no âmbito do MEC.

4.5 Em relação à fase de divulgação das estatísticas, três dimensões merecem destaque em um processo de avaliação: a) a limitada cobertura dos dados divulgados vis-à-vis o volumoso universo de dados coletados e computados, fenômeno que denota elevados custos operacionais para uma prestação tão limitada de informação; b) a ocorrência de repetidos e generalizados erros em publicações, como p.e.: o volume Estatísticas da Educação Nacional-1971-73 e em múltiplas tabelas de diversas publicações; c) a praticamente inexistente análise dos dados divulgados.

5.4 O Limbo das Estatísticas sobre o Ensino Supletivo

Desde 1972 não se recolhem estatísticas sobre o ensino supletivo, em âmbito nacional, através do SEEC-MEC. Há dados parcialmente disponíveis em relatórios do antigo DESU (p.e.: Dados sobre Ensino Supletivo, 1976, mimeografado), que apresentam serias deficiências de dupla contagem, e mesmo assim restritos aos cursos de Suplência. Relativamente ao supletivo de alfabetização, o MOBREAL tem-se mostrado refratário ao fornecimento de dados mais discriminados que permitam uma avaliação correta de sua atuação (vide CPI do Mobreal, Senado Federal, 1976). Por outro lado, os dados censitários e de PNADs sobre índices de alfabetização não são tecnicamente apropriados para mensurar problemas de alfabetização funcional pelo Mobreal, já que os quesitos das pesquisas domiciliares dos Censos e das PNADs apenas abordam o saber-se ler e escrever", e não o grau e/ou conteúdo de aprendizagem correspondente ao término da *4a série do 1º grau (alfabetização funcional)*

As estatísticas sobre o supletivo/aprendizagem e qualificação apresentam também sérios riscos de dupla contagem, devido ao co-patrocínio de cursos pelas agências do SENAI, SENAC, SENAR, as próprias empresas, e as agências do MTb, PIPMO e CFMO.

Ha assim uma urgente necessidade de reformular a sistemática de coleta das estatísticas sobre o ensino supletivo, em suas múltiplas formas.

5.5 Sérias Lacunas no Atendimento à Demanda Internacional e às Exigências Legais no País

Esta ocorrendo um crescente fosso na atualização de estatísticas educacionais solicitadas por agências internacionais, como a OEA (América em Cifras) e a UNESCO (Statistical Yearbook). Igualmente, em âmbito na-

cional, ocorrem requisitos legais (vide, p.e., as especificações do Plano Nacional de Estatísticas; do CDS da Presidência da República) que têm sido não atendidos, seja em termos de periodicidade de dados, seja em termos de desenvolvimento metodológico para levantar tais dados (p.e.: os custos do ensino).

É indispensável pois que as unidades do MEC, do IBGE e dos Estados, tanto as de produção de dados, como as de análise, sejam agilizadas para atender a demanda de órgãos internacionais e de Órgãos nacionais de planejamento e política sócio-educacionais.

5.6 A Falta de Divulgação e do Análise das Estatísticas Existentes

Uma análise custo-benefício dos processos de geração e de utilização das estatísticas sócio-educacionais revelara, indubitavelmente, a baixa produtividade de nossos reteres de coleta, divulgação e análise das estatísticas. Talvez os exemplos mais gritantes desta situação sejam os Censos Escolares, cujas potencialidades não são devidamente exploradas.

A título de mera listagem diversos leitores podem ser aduzidos para a presente situação:

- a. os dados não são divulgados devidamente por falta de confiabilidade dos próprios órgãos geradores, tanto por carências de conceituação, como de processamento;
- b. há uma generalizada incapacidade em saber utilizar as estatísticas educacionais, a qual muitas vezes é alimentada pela mentalidade anti-empírica das Faculdades de Educação;
- c. ocorre falta de espírito científico na divulgação de

dados e pesquisas, com o monopólio da informação estando restrito á unidades e/ou pessoas sequiosas de exercer influência ("informação e poder"); será indispensável generalizar a mentalidade de intercâmbio c/ou aquisição de arquivos da dados.

- d. há um grande fosso no processo de geração de divulgação das estatísticas e das pesquisas em educação, como deverá ser acentuado pelo Relatório sobre Informações Documentais e Bibliográficas (vide Relatório elaborado pela Dra. Maria Beatriz Pontes de Carvalho) . As atividades do INEP estão muito defasadas e fora do foco das estatísticas educacionais, e a tentativa de implantação de canais de divulgação pelo CIMEC (p.e.: o Banco de Teses) tem sido ineficaz nos últimos- anos.
- e. será indispensável um es forço integrado dos órgãos geradores de estatística com as unidades tecnico-administrativas das SECs Estaduais e do MEC, e com as Faculdades de Educação, *no* sentido de habilitar pessoal devidamente qualificado ao uso e crítica dos dados. Apesar de falhos, os dados estão sendo produzidos em proporção bem maior do que o uso a eles emprestado. *é* imperioso igualmente favorecer-se a integração das bases de dados (p.e.: a generalização da codificação dos municípios brasileiros), e estimular o desenvolvimento e a integração de pesquisas etnográficas e qualitativas às bases de dados (p.e.: nas pesquisas aos Programas Prioritários do III PSEC, para estratos urbanos carentes o ensino ru

Conclusão;

Sem constituir-se efetivamente em um diagnóstico sobre a natureza, conceituação, métodos, divulgação e análise das estatísticas educacionais e escolares, a presente parte procurou alinhar críticas e sugestões em uma forma mais prática. É indispensável, sem dúvida, um diagnóstico da presente situação, através de "workshops" ou de comissões de especialistas. A proposta de uma Comissão Nacional de Estatísticas Educacionais, com funções de planejamento conceitual e de desenvolvimento metodológico, bem como de integração operacional do sistema existente, parece ser a forma mais segura de institucionalizar os processos de diagnóstico, avaliação e controle das estatísticas educacionais.

6. SUGESTÕES OPERACIONAIS PARA REDEFINIÇÃO INSTITUCIONAL DAS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAL: S HA SECRETARIA GERAL DO MEC

Há premissas legais que basicamente condicionam quaisquer sugestões técnicas para a institucionalização das estatísticas educacionais na SG/MEC. Estas

premissas são definidas pelas Leis e Decretos reguladores do Sistema Estatístico Nacional, o Plano Nacional de Estatística, da organização e funções da Fundação IBGE, como ficaram delineadas no capítulo 3.

Há igualmente condicionamentos o experiências que datam de 1931, e sobretudo de 1939, articulando o Ministério da Educação, as Secretarias Estaduais de Educação e o IBGE, que criaram interfaces de integração nacional e/ou regional entre os órgãos geradores e principais usuários das estatísticas educacionais, como foi esboçado no capítulo 2.

Parece lógico pois que as premissas legais sobre o Sistema Estatístico Nacional e a Fundação IBGE, definindo uma política de centralização nas estatísticas educacionais, sejam coadunadas com a prática de mais de quarenta anos de descentralização relativa das estatísticas educacionais. O ponto de interseção natural poderá ser operacionalmente institucionalizado, dentro do Sistema Estatístico Nacional, através da interface IBGE-MEC. Tal interface seria institucionalizada por uma Comissão Nacional de Estatísticas Educacionais.

A Comissão Nacional de Estatísticas Educacionais seria pois o elo de vinculação do Sistema Estatístico Nacional, centrado no IBGE, com o subsistema conceitual-operacional das estatísticas educacionais e escolares representado no MEC, Secretarias Estaduais de Educação e demais órgãos especializados governamentais (IPEA, Conselho Federal de Educação, p.e.) e não-governamentais (ABS, Fundação Carlos Chagas, p.e.),

Na estrutura atual do Sistema Estatístico Nacional, a CEPAGRO, criada pelo Decreto nº 68.678 de 25.05.71, articulando o Ministério da Agricultura e a Fundação IBGE, parece ser o protótipo que orientaria a interface IBGE/MEC/demais órgãos de estatísticas educacionais.

A Comissão Nacional de Estatísticas Educacionais teria três funções precípuas:

1. o planejamento das estatísticas educacionais e escolares, em seu escopo e periodicidade;
2. o desenvolvimento técnico-metodológico das estatísticas escolares e educacionais;
3. a articulação interinstitucional dos órgãos responsáveis pelas estatísticas educacionais e escolares.

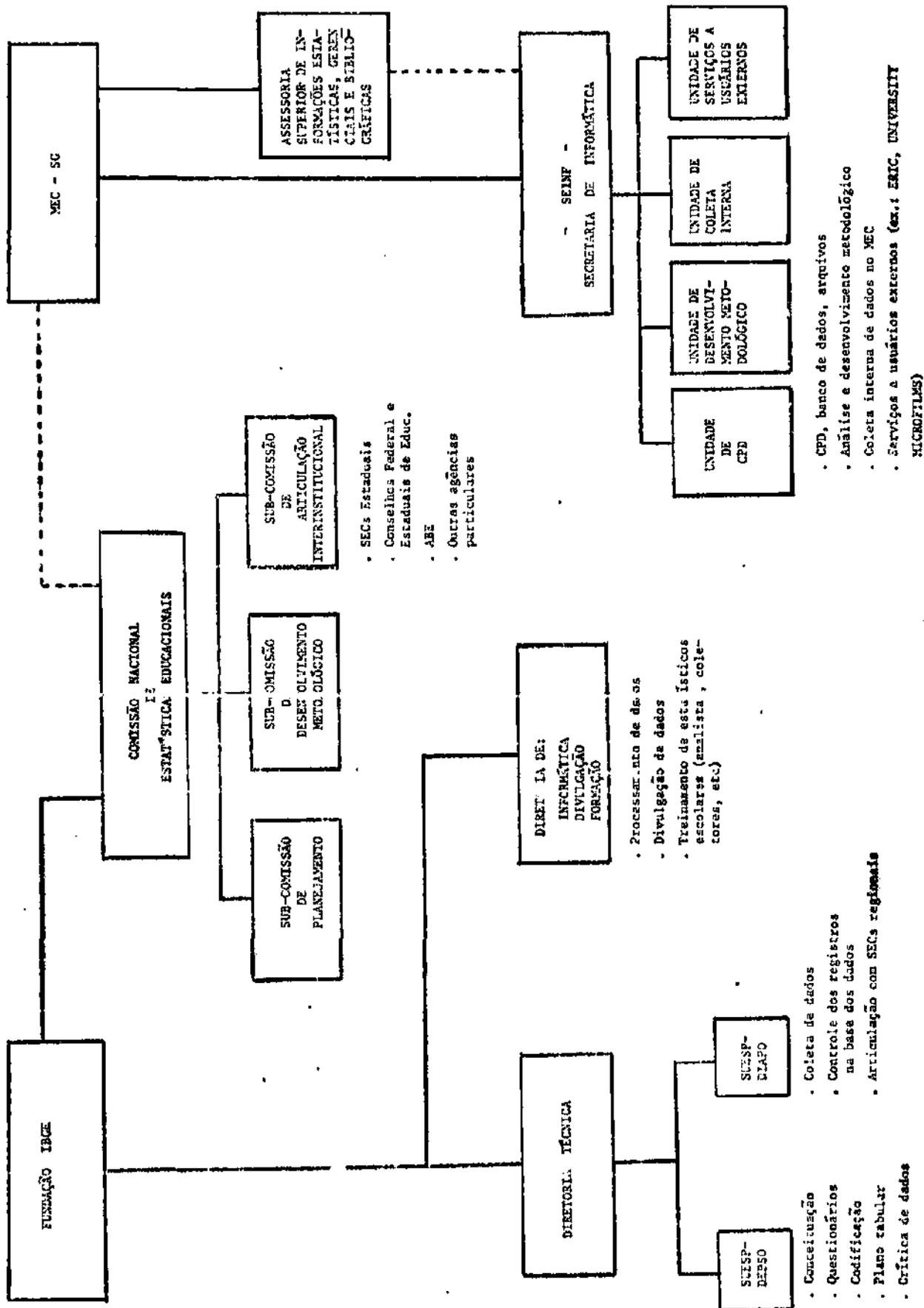
Um arcabouço preliminar da integração das estatísticas educacionais no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, tendo na Comissão Nacional de Estatísticas Educacionais o seu ponto de equilíbrio, poderia ser delineado como no quadro da página seguinte.

O modelo proposto de articulação inter-institucional em princípio parece ser adequado aos princípios reguladores do Sistema Estatístico Nacional, além de ser, em linhas gerais, o esquema aplicado a outro setor de estatísticas, o da agricultura, que desde 1971 (Decreto 68.678) articula IBGE e o Ministério da Agricultura, através da CEPAGRO (Comissão Nacional de Planejamento, Controle, Avaliação das Estatísticas Agropecuárias).

Trata-se, indubitavelmente, de um primeiro esboço de articulação institucional, que necessita o necessário embasamento jurídico o crítico de princípios de organização de sistemas. Caso a alternativa pareça viável às autoridades competentes no Sistema Estatístico Nacional, será oportuno considerar-se também a adoção de certas medidas de desenvolvimento organizacional e de mudança institucional, entre as quais seriam citadas:

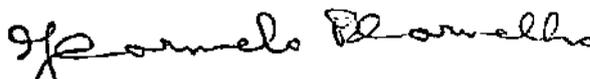
- . busca de consenso inter-institucional em torno dos princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional, relativamente às funções e competências dos diversos órgãos;
- . conscientização da necessidade de reformulação institucional do vigente processo de geração das estatísticas educacionais, face às limitações teóricas e práticas dessas estatísticas;
- . reexame dos critérios de centralização/descentralização que ora parecem regular a participação de subsistemas regionais, como os do FUNDEPAR, CEDINE-MG, SECs de São Paulo e Rio Grande do Sul;

ESBOÇO DE ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DAS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS NO SISTEMA - ESTATÍSTICO NACIONAL



- . convocação de uma Conferência Nacional de Estatísticas Educacionais, que retome em nível nacional a valiosa experiência vivida na década 1931-39, quando se institucionalizou no País uma política geral relativamente às estatísticas educacionais, a qual marcaria profundamente o período de 1940-1967, em termos de articulação de órgãos, de conceituação/ operacionalização de instrumentos de coleta, registros escolares, etc.
- . sedimentação através de intercâmbio de dados, congressos, etc, da experiência nacional em matéria de estatísticas sócio-educacionais no IBGE, SEEC-MEC, Genes Escolares, sistemas estaduais (como o paranaense p.e.) e em centros de pesquisas como ECIEL, Fundação Carlos Chagas. Deve buscar também o apoio técnico e financeiro de agências internacionais (p.e. a recente visita de peritos do Banco Mundial - Ralph Harbison e Carlos Durval - ao IBGE e ao MEC), da UNESCO, UPE, International Evaluation Association e outros organismos internacionais.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1981


JOSÉ CARMELO B. CARVALHO
IBGE/SUEGE/DEISO

BIBLIOGRAFIA

- 1) Carroll, Stephen e outros. How Effective is schooling; A critical Review of Research. Los Angeles: Rond corporation. vol 1, 1974.
 - 2) Parrell, Joseph, "Rhe IEA studies: Factors that Affect Achievement in sise subjects in 21 Countries". Teachers College Record, 79(2), Dez. 1977.
 - 3) Castro, Cláudio M e outros. A Educação na América Latina: Estudo Comparativo de Custos e Eficiência. Rio: FGV, 1980.
 - 4) SEEC/MEC. Sinopses Estatísticas do Ensino (series relativas aos Ensinos de pré - 1º grau, 1º e 2º graus, superior). Rio: SEEC/MEC, vários anos.
 - b) Oliveira, Raus R. As Estatísticas Educacionais no Brasil. Rio SEEC/MEC, I Encontro Regional Norte, 1977, mimeo.
 - G) ONU. The organization of National Statistical Service: A Review of Major Issues. New York: United Nations Statistical /Office , Studeis in Methods, séries F, nº 21, 1977.
- 7 UNESCO Statistica Yearbook 1978/1979 Paris . UNESCO 1980 .
- 8) MUDES - CIEE/GAB. Fluxo Financeiro da Educação no Brasil. Rio: Fundação MUDES (197b).
 - 9) Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação e cultura. Custo-Aluno. Rio: SMERJ, 1978.
 - 10) Melchior, José Carlos A. Alguns Aspectos do Financiamento do Ensino Superior no Brasil. Curitiba: Conferência do Conselho dos Reitores, Jan. 1980,
 - 11) Carvalho, José Carmelo. "Relatórios com Pareceres Técnicos sobre Estudos Constitucionais Fixando os Gastos da União em Educação". Rio: Fundação IBGE/DEIS0, 25-07-1980, mimeo.
 - 12) Governo do Paraná, SEEC - FUNDEPAR. Metodologia Operacional: Subsistema de Informações Estatístico-Educacionais. Curitiba: SEEC, 1979.
 - 13) Governo de Minas Gerais, SEEC-CEDINE: Sistema de Informações Educacionais de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEEC-CEDINE, série Estudos 3, 1980.

- 14) Governo de Sao Paulo, SEEC - Centro de Informações Educacionais. Plano Diretor de Informações. Sao Paulo: SEEC/CIE, 1978.
- 15) Franca, José Quadros. "A Estatística Educacional no Brasil". Revista Brasileira de Estatística, nºs. 30-31, Abril-Set. 1974, p. 624-634.
- 16) Pessoa, Heitor E. Alvim. "A Estatística Educacional no Brasil". Revista Brasileira de Estatística, nº 25, Jan.-Março 1946, p. 255-260.
- 17) Ministério da Educação e Saúde-SEES. Principais Aspectos do Ensino no Brasil. Rio: Imprensa Nacional, 1951.
- 18) IBGE. Estatísticas Educacionais: Resolução nº 115. Rio: IBGE-Conselho Nacional de Estatística, 1950, 27 p.
- 19) IBGE. Estatística e Educação (Coletânea de Pronunciamento e Decisões) Rio: IBGE, 1949.
- 20) IBGE. Indicadores Sociais: Relatório 1979. Rio: IBGE, 1980.
- 21) Correa, Hector. Quantitative Methods of Educational Planning. Paris; UNESCO, "1969 .
- 22) OCDE. Methods and Statistical Needs for Educational Planning. Paris OCDE, 1967.
- 23) Durstine, Richcird. Análise de estatísticas educacionais: Um manual de cálculos. Brasília:IPEA" IPLAN (mimeo, 315 p.)
- 24) Santiago, Jurandir. Planejamento Educacional: Rio, SEEC/MEC, 1976.
- 25) INEP/CIEE. Estudo de custos Educacionais:Condições de Implantação em Unidades Escolares. Rio, Centro de Integração Expresa-Escolar, 1976, mimeo, 202 p.
- 26) MINIPLAN-IPEA. Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social; Educação, Diagnostico, vol. 1e II, Rio MINIPLAN, 1966.
- 27) MEC/SG - PNUD-CNRH. Indicadores Educacionais no Contexto do Desenvolvimento Social. Brasília, MEC/SG, 1980.

- 28) Lozarsfeld, Paul e R. Boudon. Le Vocabulaire des Sciences Sociales. (Vol. I). Paris. PUF.
- 29) MEC. Departamento de Ensino Supletivo. Dados sobre o Ensino Supletivo. Brasília, MEC/DESU, 19 76, mimeo.
- 30) Senado Federal. CPI do MOBREAL. Brasília, Senado, 1976
tomos I e II
- 31) SEEC/MEC. Sistema de Informações' Estatísticas para Educação e Cultura. Rio, SEEC/MEC, 1974

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)